

Racismo Hospedeiro: como as crianças brancas aprendem a ser racistas

Milton do Rosário da Cruz Rosalino^{1*}  Maria Simone Euclides² 

¹Universidade Federal de Ouro Preto - Brasil

²Universidade Federal de Viçosa - Brasil

*Autor de correspondência: miltonkamet@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva desenvolver o conceito de Racismo Hospedeiro, a fim de compreender como as crianças brancas aprendem a ser racistas. Essa categoria conceitual busca elucidar a dinâmica racial na dimensão da infância branca, frequentemente desconsiderada pelos estudos étnico-raciais, o que contribui para a reprodução da ideia de que a branquitude representa uma condição neutra, universal e isenta de análise. Este trabalho se faz necessário porque ainda persiste o senso comum de que não existe racismo entre as crianças e de que crianças brancas não podem ser racistas, contrariando pesquisas que demonstram a reprodução de práticas racistas desde a infância. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de tipo qualitativo, com caráter teórico-crítico, situada no campo dos Estudos Étnico-Raciais e da Educação, fundamentada na análise temática da literatura referente aos conceitos de racismo estrutural, racismo na infância, branquitude, socialização racial e educação antirracista. Conclui-se que a criança branca não nasce racista. Contudo, ao nascer em uma sociedade marcada pelo racismo, o corpo branco torna-se hospedeiro desse vírus. Desse modo, o conceito de Racismo Hospedeiro demonstrou-se apropriado para elucidar que é uma sociedade estruturalmente racista que desenvolve o potencial de ser racista que a criança branca carrega.

ABSTRACT

This article aims to develop the concept of Hostile Racism in order to understand how white children learn to be racist. This conceptual category seeks to elucidate the racial dynamics in the dimension of white childhood, often overlooked by ethnic-racial studies, which contributes to the reproduction of the idea that whiteness represents a neutral, universal condition exempt from analysis. This work is necessary because the common belief that there is no racism among children and that white children cannot be racist still persists, contradicting research that demonstrates the reproduction of racist practices from childhood. It is a bibliographic research, of a qualitative type, with a theoretical-critical character, situated in the field of Ethnic-Racial Studies and Education, based on the thematic analysis of literature related to the concepts of structural racism, racism in childhood, whiteness, racial socialization, and anti-racist education. It is concluded that the white child is not born racist. However, when born into a society marked by racism, the white body becomes a host for this virus. In this way, the concept of Hostile Racism proved to be appropriate to elucidate that it is a structurally racist society that develops the potential that the white child carries to be racist.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo desarrollar el concepto de Racismo Huésped con el fin de comprender cómo los niños blancos aprenden a ser racistas. Esta categoría conceptual busca esclarecer la dinámica racial en la dimensión de la infancia blanca, frecuentemente ignorada por los estudios étnico-raciales, lo que contribuye a la reproducción de la idea de que la blancura representa una condición neutra, universal e indiscutible. Este trabajo se hace necesario porque aún persiste el sentido común de que no existe racismo entre los niños y de que los niños blancos no pueden ser racistas, contraviniendo investigaciones que demuestran la reproducción de prácticas racistas desde la infancia. Se trata de una investigación bibliográfica, de tipo cualitativo, con carácter teórico-crítico, situada en el campo de los Estudios Étnico-Raciales y de la Educación, fundamentada en el análisis temático de la literatura referente a los conceptos de racismo estructural, racismo en la infancia, blancura, socialización racial y educación antirracista. Se concluye que el niño blanco no nace racista. Sin embargo, al nacer en una sociedad marcada por el racismo, el cuerpo blanco se convierte en huésped de este virus. De este modo, el concepto de Racismo Huésped se mostró apropiado para elucidar que es una sociedad estructuralmente racista la que desarrolla el potencial que el niño blanco lleva de ser racista.

PALAVRAS-CHAVE:

Racismo Hospedeiro
Racismo Estrutural
Racismo na infância
criança branca
Educação Antirracista

KEYWORDS:

Hostile Racism
Structural Racism
Racism in childhood
white child
Anti-racist Education

PALABRAS-CLAVE:

Racismo Huésped
Racismo Estructural
Racismo en la infancia
Niño blanco
Educación Antirracista

Introdução

Neste artigo, analisa-se a dinâmica do racismo nas infâncias, buscando elucidar as diferentes formas pelas quais crianças brancas reproduzem práticas racistas contra crianças negras, em uma sociedade estruturalmente racista. Pode-se compreender que “o racismo se faz presente em toda parte, mediando relações e construindo parte do imaginário dessa sociedade desde a primeira infância” (França, 2023, p. 108). Tanto as crianças negras quanto as crianças brancas são vítimas do racismo, pois ele é um “vírus¹” que contamina ambas, mas de formas distintas.

Enquanto a criança negra carrega o potencial de sofrer racismo, a criança branca carrega o potencial de fomentá-lo. Enquanto a criança negra sofre o racismo, a criança branca pratica-o. Dessa forma, é na infância que pessoas brancas desenvolvem a potencialidade de se tornarem racistas. As crianças brancas hospedam a possibilidade de serem racistas. É sabido que elas não nascem racistas, mas podem se tornar racistas reproduzindo o racismo dos adultos, principalmente dos que compõem o seu grupo familiar, porque a probabilidade de uma família branca não ser racista relaciona-se à mesma que uma família negra possui de não sofrer racismo. *Ipsa facto*, o Racismo Hospedeiro refere-se ao potencial que a criança branca carrega de ser racista em um país exacerbadamente racista. Desse modo, ao nascer em um contexto marcado pelo racismo, o corpo branco se torna um hospedeiro dele.

A estrutura social brasileira é formada por relações institucionais, econômicas, políticas, jurídicas, educacionais e interpessoais. O racismo estrutural permeia todas essas dimensões da realidade, dando formas específicas a cada

¹Aqui o sentido que a palavra vírus adquire é figurado, não possui relação com o seu sentido na biologia. Nessa perspectiva, conforme o dicionário Priberam “vírus” é “algo que se considera nocivo ou prejudicial” (Priberam, 2026).

tipo de relações raciais, como o Racismo Institucional², Racismo Recreativo³, o Racismo Ambiental⁴, e o Racismo Pedagógico⁵.

Assim, as diversas manifestações do racismo se alimentam do racismo estrutural, e um dos seus tentáculos, que aqui será analisado, é o Racismo Hospedeiro. Ele diz respeito ao potencial que as crianças brancas carregam de serem racistas por nascerem em um meio social racista. Este artigo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com caráter teórico-crítico, situada no campo dos Estudos Étnico-Raciais e da Educação.

Entende-se que a pesquisa bibliográfica envolve a análise de registros e estudos anteriores, utilizando conhecimentos já produzidos como base para compreender determinado problema e possibilitar novas descobertas a partir desse acervo teórico já elaborado (Gil, 2002; Severino, 2007; Brito; Oliveira; Silva, 2021).

A pesquisa qualitativa ocupa-se de uma realidade que não pode ser quantificada, buscando compreender, de forma aprofundada e detalhada, a complexidade de fenômenos sociais, culturais e comportamentais em seus contextos específicos (Minayo, 2009; Guerra et al., 2024). Ela orientou-se pela interpretação crítica dos sentidos, significados e construções sociais que permeiam as relações raciais desde a infância, privilegiando a compreensão dos processos de formação de subjetividades raciais. Assim, a integração dessas abordagens

2 Em relação ao Racismo Institucional ele é produto do funcionamento das instituições que conferem aos indivíduos vantagens ou desvantagens com base na raça, dessa forma, "a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições" (Almeida, 2019, p. 39).

3 O Racismo Recreativo acontece pela prática do racismo a partir de piadas e brincadeiras, por exemplo, comentários sobre o cabelo crespo o equiparando com Bombril ou "cabelo ruim". Assim, "podemos ver então que a discriminação estética é um dos componentes centrais do racismo recreativo" (Moreira, 2019, p. 87).

4 O Racismo Ambiental denuncia que os desastres naturais ou catástrofes ambientais prejudicam majoritariamente as pessoas não-brancas, por exemplo, quem mora nas zonas mais prejudicadas por enchentes ou desabamentos e correm maiores riscos em períodos chuvosos são pessoas pretas, indígenas ou mestiças. Pessoas não-brancas "são estas que sofrem em maior grau com escassez de alimentos ou com o descarte inadequado do lixo e com as enchentes e catástrofes ambientais decorrentes desta prática" (França, 2023, p. 111-112).

5 Entende-se que o Racismo Pedagógico é a materialização de práticas racistas conscientes ou inconscientes, exercidas pelo/a educador/a, a partir de falas racistas, materiais didáticos, ambiente escolar sem representatividade negra, e também a partir do silêncio e do silenciamento, perante as questões étnico-raciais. Em decorrência disso, "todas as formas de racismos reproduzidos pelos (as) educadores (as) podem ser entendidas como Racismo Pedagógico, uma vez que eles (as) utilizam a pedagogia para legitimar ou reproduzir o racismo em suas práticas de ensino" (Rosalino, 2025, p. 211).

permite uma análise mais abrangente e consistente do tema de pesquisa (Guerra et al., 2024).

Nesse sentido, seu caráter teórico-crítico, situado no campo dos Estudos Étnico-Raciais e da Educação, buscou responder à seguinte pergunta: como as crianças brancas aprendem a ser racistas? Para respondê-la, foi utilizada uma leitura, articulação e análise de produções acadêmicas, tais como livros, capítulos de livros e artigos científicos consultados em bases digitais, como o Google Acadêmico. Inicialmente, o corpus foi constituído a partir de descritores como: “racismo estrutural”, “racismo na infância”, “branquitude”, “socialização racial” e “educação antirracista”. Na segunda etapa, foram lidos os títulos e resumos dos livros, capítulos de livros e artigos encontrados, sendo selecionados os que mais se aproximavam da categorização temática – Racismo Estrutural, racismo na infância, branquitude, socialização racial e educação antirracista.

Na terceira etapa, realizou-se uma leitura crítica e aprofundada dos trabalhos selecionados, sendo priorizados aqueles que apresentavam maior pertinência temática, rigor metodológico e proximidade com a análise interpretativa proposta, de modo a sustentar a discussão e o refinamento conceitual do estudo.

A última etapa baseou-se nas reflexões sobre as discussões acerca do racismo aprendido e reproduzido pelas crianças brancas, o que possibilitou o desenvolvimento da hipótese de que as crianças brancas, por nascerem em uma sociedade racista, em que o racismo já existe antes de virem ao mundo, carregam o potencial de se tornarem racistas, porque o racismo é como um vírus, sempre esperando o próximo corpo branco para se hospedar e ser reproduzido a partir de pensamentos, linguagens, gestos e práticas racistas. Essas reflexões permitiram retomar o conceito de Racismo Hospedeiro, anteriormente apresentado pelo autor em publicação prévia, visando ao seu aprimoramento e aprofundamento teórico.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, reflete-se como o Racismo Estrutural é a raiz das diversas ramificações do racismo na sociedade brasileira; na segunda parte, sistematiza-se como as crianças brancas aprendem a ser racistas a partir da reprodução das práticas racistas dos adultos. Por fim, apresenta-se o conceito de Racismo Hospedeiro, elucidando que ele é o potencial que toda criança branca carrega de ser racista em uma sociedade dominada

pelo Racismo Estrutural.

Racismo estrutural: a raiz das diversas manifestações do racismo na sociedade brasileira

O racismo está na estrutura social brasileira, configurando as relações políticas, econômicas, jurídicas, educacionais e familiares, por isso ele é uma decorrência do modo “normal” como a sociedade funciona (Almeida, 2019). O racismo não se resume apenas a interações interpessoais; sua dimensão transcende o racismo verbal sofrido por pessoas negras em seu cotidiano. Ele é a expressão de um sistema de poder que condena majoritariamente as pessoas negras ao pauperismo, “e tudo isto é funcional e necessário para se manter o modelo de acumulação e reprodução de riquezas do capitalismo dependente centrado na superexploração” (Oliveira, 2021, p. 201).

O Racismo Estrutural diz respeito ao racismo que permeia os baluartes de uma sociedade, ou seja, a economia, a política, o judiciário e as instituições. Se essas dimensões da realidade social são dominadas e controladas por um determinado grupo racial em benefício próprio, temos a manifestação do Racismo Estrutural. Ele contribui para a normalização do fato de aceitarmos que os mais ricos do Brasil sejam homens brancos, o legislativo seja majoritariamente composto por homens brancos, o judiciário tenha uma maioria de homens brancos e as maiores mídias pertençam a homens brancos. No racismo estrutural, as posições de poder são ocupadas principalmente por homens brancos; o alto escalão social é protagonizado por homens brancos.

A perspectiva do racismo estrutural, nesse contexto, remete ao passado escravista do Brasil, em que quem mais se beneficiou com a escravidão foi uma parcela majoritária de homens brancos, que, após a abolição da escravidão e a instituição da República, ocuparam posições de poder na política e, com os lucros da escravidão, dominaram a economia, ditando os rumos do Brasil em benefício das pessoas brancas. Pode-se apreender que:

Sobre a relação entre escravidão e racismo, há basicamente duas explicações. A primeira parte da afirmação de que o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo. Conforme este raciocínio, as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos

regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos. Dessa forma, o racismo seria uma espécie de resquício da escravidão, uma contaminação essencial que, especialmente nos países periféricos, impediria a modernização das economias e o aparecimento de regimes democráticos (Almeida, 2019, p. 183).

Seria analiticamente equivocado desconsiderar que a escravidão forjou as estruturas sociais brasileiras. O negro só é discriminado porque seus antepassados foram traficados e escravizados. Logo, "o racismo contemporâneo cristaliza suas bases com a expansão para o chamado 'Novo Mundo', isto é, com a incorporação no sistema mundo dos povos de África e América Latina" (Oliveira, 2021, p. 89).

Não se trata de coincidência o fato de que a elite escravista tenha sido majoritariamente branca e de que, ainda hoje, a elite econômica brasileira mantenha esse perfil racial⁶. Escravidão e racismo caminham juntos: a primeira foi passado e o segundo é o presente. O racismo é a reconfiguração das formas de dominação da escravidão, institucionalizadas no imaginário social e nos projetos nacionais do Brasil desde a implantação da Primeira República (Almeida, 2019).

Se é estrutural, então está na base, e a base na qual a sociedade brasileira foi fundada é a escravidão. Dessa forma, o racismo estrutural é uma herança da escravidão, que beneficia uma grande parte dos homens brancos e prejudica majoritariamente a população negra. Por conseguinte, infere-se que o racismo se constitui como uma tecnologia de poder e um mecanismo de internalização das contradições sociais, ao mesmo tempo em que sustenta a desigual transferência de valor e a superexploração do trabalho (Almeida, 2019; Oliveira, 2021).

No Brasil, temos uma estrutura forjada desde o processo de colonização, que proporcionou vantagens aos brancos(as) e desvantagens aos negros(as) em diversas dimensões da realidade social brasileira. Dessa forma, o racismo está presente em diversos espaços sociais brasileiros e manifesta-se, ao mesmo tempo, de diversas e distintas formas:

⁶ A história do Brasil demonstra que somos os herdeiros da maior sociedade escravocrata do planeta (Souza, 2018). A elite colonial reconfigurou-se no pós-abolição, tornando-se a elite do atraso, que "antes escravocrata, preserva intocado o seu poder econômico e político no novo arranjo da chamada República Velha" (Souza, 2018, p. 94).

Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (Almeida, 2019, p. 40-41).

De fato, a sociedade brasileira não é apenas racista; ela também é um patriarcado branco em que o homem branco a domina de vários ângulos sociorraciais. “Os resultados mostram que homens brancos têm maior remuneração, seguidos pelas mulheres brancas, homens negros e mulheres negras” (Portella; Soares, 2024, p. 222), e “dados do IBGE (2022) mostram que brancos ocupam quase 70% dos cargos de gerência no Brasil, enquanto pretos e pardos representam cerca de 75% da população entre os 10% mais pobres” (Portella; Soares, 2024, p. 95).

Portanto, no Brasil, as posições das pessoas mais ricas e as profissões de altos cargos ainda são dominadas por homens brancos. Uma das profissões mais importantes para gerir uma sociedade é dominada pelos brancos, pois “a economia é uma profissão majoritariamente ocupada por homens brancos” (Portella; Soares, 2024, p. 220). Dessa forma, o racismo é uma tecnologia da dominação que é utilizada pelo homem branco para a manutenção e a reconfiguração das formas de dominação sobre negros(as) e indígenas, operando como uma forma de gerenciamento político funcional para as alterações dos paradigmas de produção e de consumo do capitalismo (Oliveira, 2021).

Considera-se que, ao analisar o Racismo Estrutural, é necessário reconhecer que ele foi forjado para o privilégio do homem branco. Nem mesmo as mulheres brancas lucram, pois elas enfrentam, dentro do patriarcalismo branco, as diversas violências que ele produz. Nessa perspectiva, o racismo estrutural pode ser entendido como um sistema de supremacia do homem branco, legitimando uma sociedade em que a maioria das pessoas empobrecidas e encarceradas seja negra, e as posições de liderança nas empresas e no governo estejam nas mãos de homens brancos (Almeida, 2019).

Exemplos simples do cotidiano mostram a hegemonia do homem branco em nossa realidade. A observação crítica da organização urbana brasileira evidencia que os bairros mais ricos tendem a concentrar populações majoritariamente brancas. A segregação socioespacial nas cidades brasileiras evidencia a permanência das desigualdades raciais e econômicas herdadas do período colonial, mantendo um espaço urbano marcado pela racialização (Benini, 2025).

Por essa razão, compreende-se que, além de o racismo estar nas relações cotidianas e comuns entre pretos, mestiços e brancos, ele também se manifesta nas relações mais complexas que envolvem as relações de poder dentro da estrutura sociorracial brasileira.

O racismo estrutural forja subjetividades; por isso, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não deve ser usado como um álibi para racistas (Almeida, 2019). Muitas vezes, os próprios negros que estão em condições de subalternidade acreditam que esse é o seu lugar por condições subjetivas de meritocracia e esforço, e não por condições objetivas, como a falta de oportunidades e acesso a capital cultural, econômico e social.

Assim, até pessoas negras podem introjetar e reproduzir o racismo em sua linguagem, comportamento e prática, pois não se nasce negro, torna-se negro (Souza, 1983). Assim, até pessoas negras podem introjetar e reproduzir o racismo em sua linguagem, comportamento e prática, pois não se nasce negro, torna-se negro (Souza, 1983). O racismo molda o inconsciente, forjando um imaginário social que, coadunado com o Mito da Democracia Racial⁷, normaliza as relações de poder em que os homens brancos estejam em posições de mando e os negros, em posições de obediência.

⁷ O mito da democracia racial pode ser entendido como uma narrativa que preconiza a inexistência do racismo, isentando a sociedade brasileira do preconceito e permitindo que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade (Schucman, 2020). Essa crença permeia o imaginário social das relações com um falso discurso de oportunidades simbólicas e objetivas equânimes para negros (as) e brancos (as).

A reprodução do racismo na infância branca: como as crianças brancas aprendem a ser racistas

Uma pessoa não nasce branca; ela torna-se uma, porque, dentro de uma estrutura social racista, vai se constituindo conforme sua subjetividade é atravessada pelas imagens que a identificam e a fazem se identificar enquanto uma pessoa branca. Isso quer dizer que as identidades raciais são socialmente construídas, e não naturalmente herdadas (Ware, 2004). A partir disso, compreende-se que, em uma sociedade racista herdeira da escravidão, essa dicotomia é mobilizada para forjar relações de vantagens e desvantagens de acordo com a cor da pele socialmente racializada.

Os negros são ensinados, desde a tenra idade, pela estrutura social brasileira, que ser branco é melhor do que ser negro, porque desde a escravidão foram forjadas falsas narrativas que preconizavam o branco(a) e menosprezavam o negro(a). Essa mentira é introjetada tanto pelas crianças brancas quanto pelas crianças negras, que a reproduzem, cada uma à sua maneira: as crianças brancas acreditando que são superiores e as crianças negras acreditando que são inferiores.

Expressões racistas do cotidiano, como a afirmação de que "quem nasceu branco nasceu no ponto, e quem nasceu negro ficou muito tempo no forno" resume a lógica da universalização da branquitude⁸. Esse imaginário de universalidade branca, ao se hospedar no consciente e no inconsciente da criança branca, a faz acreditar que a forma certa de ser humano é ter a pele branca e o cabelo liso.

Na criança negra, o imaginário da universalidade branca desenvolve um sentimento de desvalorização de sua pele negra e de seu cabelo crespo. Portanto, é importante entendermos que:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade

⁸A branquitude corresponde a um sistema internalizado de privilégios, materiais e simbólicos, cujo o objetivo é a manutenção de monopólios sociais e a perpetuação do poder (Schwarcz, 2024). Mas, ela não é homogênea, no seu seio há a branquitude crítica e a branquitude acrítica, a primeira engloba os indivíduos ou grupos de brancos que desaprovam publicamente o racismo, e a segunda é formada pela identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial (Cardoso, 2014).

estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros. Isso leva a supor que uma imagem desvalorativa/inferiorizante de negros, bem como valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores. Diante disso, cada indivíduo socializado em nossa cultura poderá internalizar representações preconceituosas a respeito desse grupo sem se dar conta disso, ou até mesmo se dando conta por acreditar ser o mais correto (Cavalleiro, 2000, p. 19-20).

As pessoas brancas acreditam que são universais, construindo, simbolicamente, a ideia de que a branquitude ocupa uma posição universalizada, enquanto os demais grupos raciais são tratados como desvio da norma. Por isso, evidencia-se que ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma; é uma raça não racializada (Almeida, 2019).

O branco acredita que ele é universal, é como se o mundo fosse uma fábrica de bonecas (os), e as que não tivessem a pele branca ou o cabelo liso fossem defeituosas. O teste das bonecas brancas e negras⁹ foi um exemplo que contribuiu para a compreensão do modo como as crianças elaboram hierarquias raciais. Grande parte dos(as) brancos(as) se vê como o tipo normal de ser humano, subalternizando os(as) negros(as) e os(as) mestiços(as), e as crianças brancas introjetam todas essas percepções dos adultos e as reproduzem contra as crianças negras.

Se uma criança branca observa um adulto branco tratando pessoas negras como cidadãos de segunda classe, inferiorizando a cor negra e o cabelo crespo, apreende-se que essa criança branca poderá reproduzir o mesmo comportamento:

Desde as invasões territoriais na América e na África, o homem branco faz um grande esforço para ser o "universal". Seja pela imposição de sua civilização como também pela narrativa histórica que é jogada. A pretensão do homem branco europeu sempre foi se colocar como "universal", o padrão a ser seguido. [...] O homem branco se pretende o

9 Os psicólogos Kenneth e Mamie Clark criaram o Teste da Boneca, para observar as atitudes e identificações das crianças tanto em relação à questão racial quanto a si próprias. O psicólogo e a psicóloga disponibilizaram duas bonecas, uma preta com cabelo crespo e outra branca com cabelo liso, para as crianças escolherem a mais bonita, e o experimento da boneca do casal Clark, feito no final da década de 1930 e início da década de 1940, mostrou que crianças negras de escolas que eram segregadas muitas vezes preferiam as bonecas brancas, sinal de que elas haviam absorvido de forma senciante o preconceito dominante em seus contextos vividos (Meinhardt, 2022).

universal, a própria concepção de ser humano (Silva Júnior; Oliveira, 2023, p. 43-44).

Além disso, “os estereótipos característicos de nossa própria cultura são fios condutores para a propagação do preconceito” (Cavalleiro, 2000, p. 24). Quando as mídias da televisão e da internet apresentam os negros principalmente em papéis de subalternidade, com mulheres e homens negros servindo, ou quando apresentam o homem negro e a mulher negra como violentos, bandidos e marginais, temos uma pedagogia midiática racista.

Essa pedagogia midiática racista pode se hospedar na criança branca e fazê-la acreditar que, no mundo “normal”, o negro está associado ao fracasso social, à criminalização e à subalternidade. Portanto, caso a família branca não seja antirracista, a “ausência de informação pode representar para a criança branca a ideia de pertencer a um grupo étnico superior, visto que essa ideia é muito difundida pela sociedade de modo implícito e até mesmo explícito” (Cavalleiro, 2000, p. 86).

As crianças brancas aprendem a ser racistas na família, na escola e a partir da mídia e da internet. É a partir dessas dimensões da realidade social que o racismo se hospeda na criança branca, e ela se torna uma criança racista, pois se pensa que “criança nenhuma nasce racista, mas aprende a ser” (Trancoso; Oliveira, 2020, p. 22).

O mito da democracia racial já foi superado. No momento, há a necessidade de superar a ideia de que as crianças brancas não são racistas, porque elas podem, sim, ser racistas e utilizar essa violência em benefício próprio em situações de disputas com crianças negras.

Ainda é difícil para algumas pessoas aceitarem que crianças brancas possam ser racistas e que já nutrem interpretações e realizam ações pautadas na diferença racial, mas corrobora-se que a infância não é neutra nem está blindada dos preconceitos e das discriminações (Gomes, 2019). Desse jeito, a partir do conceito de Racismo Hospedeiro, compreende-se que há manifestação de racismo na infância branca, uma vez que crianças brancas reproduzem práticas racistas aprendidas no contexto social no qual estão inseridas.

Racismo hospedeiro: o potencial que toda criança branca carrega de ser racista em uma sociedade dominada pelo racismo estrutural

Pesquisas corroboram que, ainda em tenra idade, as crianças brancas se mostram confortáveis em sua condição de brancas e raramente explicitam o desejo de ter outra cor de pele ou outro tipo de cabelo (Bento, 2011, p. 101). No caso das crianças negras, elas tendem a não se aceitar, não gostar de sua cor de pele, traços, cabelos e de seus pares (Santos e Guanãbens, 2021). Tudo isso mostra o fato de que, desde muito novas, as crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem (Cavalleiro, 2000).

A partir dessas evidências, reflete-se que as crianças brancas, ao internalizarem o racismo que existe na sociedade brasileira, desenvolvem um sentimento de superioridade e compreendem, inconscientemente ou conscientemente, o sentimento de inferioridade da criança negra. Por isso, em situações de disputas ou brigas, as crianças brancas procuram ofender as crianças negras a partir de características físicas da cor de pele e da textura de cabelo.

O Racismo Hospedeiro é o potencial que todas as pessoas brancas possuem de ser racistas por nascerem em uma sociedade extremamente racista. Esse potencial de ser racista se hospeda na infância e, por isso, diz respeito ao racismo que as crianças brancas praticam contra as crianças negras (Rosalino; Euclides, 2023). A seguir, analisam-se alguns casos em que acontecem expressões do Racismo Hospedeiro:

No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia-se um tumulto. Shirley (negra) chega perto de Fábio (branco), o xinga de “besta”, e ele revida. Letícia (branca) passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Letícia e Catarina (negra), até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz a Letícia: “fedorenta”, e esta responde: “fedorenta é você”. Catarina, então, diz: “é você, tá!”. Letícia responde: “Eu não, eu sou branca, você é que é preta!” Catarina fica paralisada e não diz mais nada. [...] Outro exemplo é o fato de duas meninas negras caminhando pelo parque, quando um menino esbarra em uma delas e lhe diz em tom de deboche: “desculpa, neguinha!”. Depois parte gargalhando, junto com o amigo que também ri muito. A menina arregala os olhos, mas continua a sua caminhada, sem dizer nada. [...] (Cavalleiro, 2000, p. 53).

Cabe ressaltar que Cavalleiro (2000) desenvolveu a sua pesquisa em uma escola municipal de educação infantil (EMEI), localizada na região central de São Paulo. A autora fez uma observação sistemática do cotidiano escolar dessas crianças, com idades entre 4 (quatro) e 6 (seis) anos, durante 8 (oito) meses. Essas duas situações, em momentos lúdicos, demonstram como as crianças brancas se sentem melhores que as crianças negras pela diferença da cor de pele, e “o que se pode ver naquele parque infantil é nada mais que uma pequena reprodução da própria história do negro em nosso país” (Cavalleiro, 2000, p. 53).

As crianças negras que sofreram o racismo das crianças brancas ficaram caladas. É como se as crianças brancas soubessem que, para vencer o(a) coleguinha negro(a) em uma discussão, basta fazer alguma referência à sua cor de pele ou à textura de cabelo. Essas situações demonstram que as crianças brancas conhecem as vantagens de serem brancas e podem utilizá-las como uma poderosa arma nos momentos de disputas, capaz de silenciar e paralisar sua vítima (Cavalleiro, 2000, p. 53).

Muitas ações racistas cometidas por crianças brancas são aprendidas a partir das práticas racistas dos adultos na família, na escola e a partir do acesso a mídias de TV e internet, que muitas vezes apresentam os(as) negros(as) como cidadãos de segunda classe, de pele marginalizada e cabelo ruim. O racismo não é inerente à criança branca, ou seja, o racismo não nasce com a criança branca; aliás, o racismo já existe antes mesmo do nascimento dessa criança, mas nela se hospeda porque a estrutura social que a permeia é racista.

Ser ou não ser é uma construção social, pois nascemos em um meio que nos antecede e que interfere a todo momento em nossa subjetividade; por isso, o desenvolvimento da identidade racial ocorrerá de alguma forma com qualquer pessoa (Bento, 2016). Nossa identidade é moldada desde a tenra idade, então não nascemos preconceituosos, discriminadores, justos ou injustos, mas nos tornamos, no decorrer de nossas vidas e de acordo com as pessoas e os lugares que acessamos (Campos, 2007).

A maior parte dos(as) negros(as), ao retornarem às reminiscências de suas infâncias, deve se lembrar de sofrer algum tipo de piada ou ofensa com relação à sua cor de pele ou textura de cabelo, uma vez que “a criança negra é cotidianamente submetida ao rolo compressor da cultura branca que dirá a ela

como deve se vestir, com quem ela deve se parecer, como seu cabelo deve ser e quão ruim ela é por não ser de fato branca" (Jango, 2017, p. 73). Frequentemente, relatos de pessoas negras evidenciam que a cor da pele e a textura de cabelo foram alvos recorrentes de piadas e chacotas na infância, oriundas de crianças brancas, que, por maldade ou não, as utilizavam para ter alguma vantagem.

A criança branca sabe que é diferente da criança negra porque ela percebe que a sua cor de pele é representada em diversas dimensões da realidade, com protagonismo nos filmes, nas novelas, nas histórias infantis, nas bonecas, nos espaços mais ricos e caros, entre outros. Portanto, a criança branca é ensinada a se entender como parte de um povo normal. Ser branco é normal, e quem não é branco possui algum tipo de anormalidade. Por isso, "a criança, se não for orientada pelos valores que perpassam o grupo, tenderá a reproduzir os comportamentos sem que haja nenhuma possibilidade de mudanças desse padrão de comportamento no futuro" (Campos, 2007, p. 87-88). Analisa-se, a seguir, mais um depoimento:

Quando você foi chamada de "macaca"? A vida toda na escola. Nem gostava de ir pra escola assim... Uma vez eu me lembro que um menino falou assim, já no segundo grau, na aula de química: "pra você falar comigo, você tem que no mínimo passar farinha no corpo"... Era chamada de "Cafu", é "azul", "Benedita". Eu lembro que, lembra aquela moda da tiarinha, que a Benedita usava duas tiarinhas assim?... Aí nessa época meu pai, antes – meu pai morreu eu tinha 7 anos -, meu pai não deixava eu alisar o cabelo, então eu tinha o cabelo trançado, com trancinha solta até aqui. Saía na rua, me chamavam de "Medusa" (Penha-Lopes, 2007, p.139).

Essa é a fala de Dandara, uma mulher negra que, na época dessa entrevista, possuía 22 anos e era universitária. Lembrando-se de sua época escolar, relata que sempre era chamada de macaca na escola, além de sofrer outras violências racistas, e essa é a realidade ainda atual de muitas crianças negras nos ambientes educacionais brasileiros, que constantemente sofrem racismo de crianças brancas. Poder-se-á depreender que as crianças brancas sabem quando utilizar a vantagem de serem brancas para vencer alguma disputa contra as crianças negras, percebem que sua cor de pele é mais valorizada e vista como "melhor" que a cor negra dos(as) coleguinhas e que seu cabelo liso é apresentado como o "bom".

A criança branca também compreende que muitos(as) dos(as) coleguinhas negros(as) acreditam que a cor branca e o cabelo liso são o modo “certo” de ser humano e que eles “ficaram muito tempo no forno” e, por isso, nasceram escuros e com cabelo “ruim”. Às vezes, as crianças brancas serão racistas intencionalmente para vencerem alguma disputa ou discussão com as crianças negras, mas, às vezes, as crianças brancas agirão de forma racista automaticamente, pois “elas estão reproduzindo o que aprenderam por meio da subjetividade” (Sousa Júnior, 2025, p. 72). Medita-se sobre um caso em que uma criança branca reproduz o racismo ensinado a ela dentro de uma sociedade forjada pelo racismo estrutural:

Aqui eu trago um exemplo que ocorreu com uma amiga em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Regina, uma mulher branca, foi se encontrar com a sua amiga Sandra, para tomar um café e bater um papo informal. Regina levou a sua neta de oito anos (também branca) e Sandra é uma mulher preta e advogada bem sucedida na região. A criança perguntou para Sandra qual é a escola que ela trabalha. Sandra explicou que não trabalha em escola, mas que é advogada e questionou por que achava que trabalhava na escola. A criança, por sua vez, respondeu que achava que ela servia merenda em alguma escola, pois, na escola dela, a única negra entre os funcionários é a merendeira. Não é necessário nem comentar o quanto Regina ficou envergonhada com a situação (Sousa Júnior, 2025, p. 76).

Muitas vezes, as crianças brancas são racistas automaticamente, e inicia-se o dilema de saber quando a criança branca está utilizando a cor de pele e a textura de seu cabelo como vantagem sobre a criança negra ou quando ela simplesmente reproduziu uma ação racista de forma automática.

Bento (2022) introduz o pacto da branquitude — acordo tácito entre pessoas brancas que preserva privilégios raciais — para explicar por que, mesmo diante de avanços, as práticas racistas persistem na sociedade brasileira. Esse pacto da branquitude ajuda a pensar sobre uma estrutura racial que é maior que a criança branca e nela pode se hospedar.

A espinha dorsal do racismo no Brasil é o Racismo Estrutural, e quem mais sofre com as diversas formas de racismo são as crianças negras, que são os seres mais vulneráveis em um contexto social racista. O Racismo Hospedeiro descreve a dinâmica do racismo das crianças brancas contra as crianças negras de forma profunda, não criminalizando a criança branca, mas também não a vitimizando,

apenas elucidando que todas as pessoas brancas, antes mesmo de nascerem, já possuem o potencial de serem racistas porque a estrutura social é racista.

Embora complementares, o Racismo Estrutural e o Racismo Hospedeiro apresentam diferenças significativas. O primeiro, como analisado anteriormente, está presente na ordem social e constitui a base das diversas manifestações do racismo na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o Racismo Estrutural refere-se à organização histórica, social, política e econômica que produz e reproduz desigualdades raciais, sustentando privilégios para a população branca e desvantagens para a população negra. Já o Racismo Hospedeiro é uma categoria analítica que busca compreender como essa estrutura é internalizada na infância branca.

Enquanto o Racismo Estrutural explica a existência e o funcionamento do racismo na sociedade, o Racismo Hospedeiro elucida como as crianças brancas aprendem e reproduzem práticas racistas ao serem socializadas em um contexto estruturalmente racializado. Assim, o primeiro opera no plano macro das estruturas sociais e o segundo, no plano micro-subjetivo da infância branca.

Cabe ponderar que a criança branca carrega o potencial de ser racista, mas não de se tornar um racista. A Educação Antirracista existe para isso: para evitar que as pessoas brancas sejam racistas, isso no nível das relações interpessoais. Nas relações estruturais, a Educação Antirracista busca a equidade econômica, política, jurídica e educacional entre negros(as) e brancos(as). Pontua-se que “numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, constituída anteriormente à sua existência” (Cavalleiro, 2000, p. 16).

Corrobora-se que o racismo atua desde a infância e produz impactos duradouros na formação subjetiva e social das crianças negras (Eurico, 2020). Sendo assim, o Racismo Hospedeiro revela que o racismo na infância é um dos mais cruéis e evidencia que essa é uma etapa fundamental na aprendizagem ou não de práticas, atitudes, pensamentos ou linguagem racista. Destarte, é nessa etapa da vida das pessoas brancas que se desenvolvem as disposições e o potencial de se tornarem ou não racistas, e é nessa mesma etapa da vida que muitos(as) negros(as) sofrem o racismo pela primeira vez.

Conclusão

Conclui-se que o conceito de Racismo Hospedeiro elucida a dinâmica racial na infância, indicando que a criança branca, desde a tenra idade, carrega o potencial de se tornar racista por nascer em uma sociedade estruturalmente racista. É esse o raciocínio que denuncia e caracteriza as ações racistas das crianças brancas. Entende-se que, para a criança branca se tornar ou não racista, isso dependerá das práticas antirracistas que permeiam a sua realidade na infância.

Portanto, ao direcionar o olhar para os processos de formação racial das crianças brancas, o Racismo Hospedeiro reforça a importância da Educação Antirracista, mostrando que é função dos responsáveis por essas crianças impedir que o “vírus” do racismo, que se hospeda na infância branca, se desenvolva. Por isso, eles devem ser antirracistas o tempo todo, porque a estrutura social é racista o tempo todo.

Além disso, o estudo contribui para ampliar as reflexões sobre a infância branca nas pesquisas Étnico-Raciais, revelando-se fundamental para tensionar a tendência histórica de racializar mormente as crianças negras. Pois, se a infância negra tem sido objeto de importantes investigações sobre os impactos do racismo, torna-se igualmente necessário compreender como a infância branca participa da reprodução das hierarquias raciais. Nesse sentido, estudar a infância branca não significa deslocar a atenção das experiências das crianças negras, mas evidenciar que as crianças brancas também são sujeitos racializados, contribuindo para romper com a ideia de que a branquitude representa uma condição neutra, universal e isenta de análise.

Referências

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENINI, Sandra Medina; Godoy, Jeane Aparecida Rombi de; SILVA, Allan Leon Casemiro da; Palmisano, Angelo. Racismo estrutural e exclusão urbana no Brasil. **Boletim de Conjuntura**, v. 22, n. 64, abr., p. 78-107, 2025. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15249979>

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011, p. 98-117.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Edição Digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 168-185.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, abr., p. 1–15, 2021.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. Afro-descendência e a superação do “velho” conceito de raça: a construção da identidade politicamente compartilhada. GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). *In*: **Educação, cultura e literatura afro-brasileira: contribuições para a discussão da questão racial na escola/** - Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007, p. 79 - 108.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e a branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 88-106, jun. 2014.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na Infância**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

FRANÇA, Débora Magalhães de Souza. Semeando justiça no jardim de múltiplas infâncias: educação para o meio ambiente e o combate ao racismo ambiental e climático na Educação Infantil. *In*: SOUSA JÚNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdan (orgs.). **Educação, raça e racismo: atravessamentos histórico-sociais**. Volume 1. Itapiranga: Schreiben, 2023, p. 107–114.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista e-curriculum**, v. 17, n. 3, set., p. 1015-1044, 2019. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1015-1044>

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; STROPARO, Telma Regina; COSTA, Michel da; CASTRO JÚNIOR, Francisco Pires de; LACERDA JÚNIOR, Orivaldo da Silva; BRASIL, Melca Moura; CAMBA, Mariangela. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na

investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 7, p. 1- 15, 2024. <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>

JANGO, Caroline Felipe. **“Aqui tem racismo”**: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

PENHA-LOPES, Vânia. Cotas universitárias e identidade racial: o caso dos primeiros cotistas da UERJ. **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 127 - 155.

MEINHARDT, Giovani. Autoimagem de crianças negras e desenvolvimento infantil: a psicologia de Kenneth B. Clark e Mamie Phipps Clark. **Revista Acadêmica Licenciatura**, v. 10, n. 1, jun., p. 19-39, 2022. <http://dx.doi.org/10.55602/rlic.v10i1.209>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PORTELLA, Alysso; SOARES, Rodrigo. Persistência Histórica da Desigualdade Racial. In: FRANÇA, Michael de; PORTELLA, Alysso (orgs.). **Números da discriminação racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2024, p. 94-131.

PRIBERAM, **Dicionário da Língua Portuguesa**. <https://dicionario.priberam.org/V%C3%ADrus>

ROSALINO, Milton do Rosário da Cruz; EUCLIDES, Maria Simone. Pedagogia das infâncias antirracistas: uma resposta contra racismo pedagógico, racismo hospedeiro e identidade deturpada na trajetória da criança negra. In: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdan (orgs.). **Educação, raça e racismo: atravessamentos histórico-sociais**. Volume 1. Itapiranga: Schreibern, 2023, p. 78-91.

ROSALINO, Milton do Rosário da Cruz. Racismo Pedagógico. In: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de. **Dicionário racial: termos afro-brasileiros e afins**. São Paulo: Editora Dialética, 2025, p. 211-215.

SANTOS, Daiane dos; GUANABENS, Patrícia Ferreira Santos. A educação infantil e a construção identitária das crianças negras: práticas pedagógicas como forma de aplacar o racismo na educação infantil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. 21, dez., p. 50-61, 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JUNIOR, Elias Araujo; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Racismo Epistêmico: tornar-se branco acadêmico. In: SOUSA JUNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdan (orgs.). **Educação, raça e racismo**: atravessamentos histórico-sociais. Volume 1. Itapiranga: Schreiben, 2023, p. 40 - 51.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUSA JÚNIOR, Manuel Alves de. **Como conversar com crianças sobre racismo e diversidade**. Itapiranga: Schreiben, 2025.

TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha; OLIVEIRA, Kiusam Regina. Pedagogia eco-ancestral: caminhos para a (r)existência de infâncias negras. **Arquivo Brasileiro de Educação**, v. 8, n. 17, nov., p. 10-26, 2020. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2020v8n17p10-26>

WARE, Vron. O poder duradouro da branquidade: "um problema a solucionar". In: WARE, Vron (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 7-40.